

DIVULGAÇÃO - 05/07/2007

Ministros dizem que Estado investe pouco

Temporão e Guido Mantega criticaram o Espírito Santo por não aplicar 12% na Saúde, como determina a lei

mento do Estado. No entanto, o Siops não permite retirar o valor do Fundap da conta, o que acabaria diminuindo o índice final.

CARTA

No último dia 24 de agosto, o governador Paulo Hartung enviou uma carta ao ministro Temporão, pedindo a correção do programa, para poder lançar a aplicação de 2006 – que ainda não chegou ao Ministério.

“Alguns estados acabam colocando mesmo vacinação animal e saneamento básico nessa conta, mas o Espírito Santo cumpre o percentual mínimo sem nenhuma gordura. E o mais importante é que a aplicação dos recursos tem crescido muito a cada ano porque o orçamento do Estado cresceu”, disse Tose.

Em 2007, o Estado teria aplicado R\$ 560 milhões de recursos próprios. “Já criamos cerca de 600 leitos de hospitais nessa gestão. Posso dizer que ainda precisamos melhorar, mas só o Paraná está melhor do que agente, e eles começaram os investimentos há 50 anos”, afirmou.

Durante a esperada confirmação de que R\$ 2 bilhões a mais serão liberados para que o Ministério da Saúde faça o reajuste das tabelas do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2007, dois ministros aproveitaram para culpar os estados pela crise da saúde, inclusive o Espírito Santo.

Os ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Fazenda, Guido Mantega, distribuíram ontem a jornalistas uma lista na qual acusam 20 estados de não investirem na saúde o mínimo de 12% do orçamento estadual, como determina a emenda constitucional 29.

Um dos que estariam descumprindo a lei seria o secretário de Estado da Saúde, Anselmo Tose. Nos relatórios que encaminham ao governo federal em 2005, Tose e vários secretários

de outros estados afirmam estar cumprindo esse piso, mas o Ministério da Saúde refez os cálculos, excluindo despesas que não são típicas da área de saúde e descobriu que faltariam R\$ 5,7 bilhões para chegar ao mínimo previsto em lei.

O Espírito Santo declara que aplicou 12,05% do orçamento em 2005 e 12,57% em 2006, mas o governo federal afirma que são apenas 10,20%. Segundo Tose, o problema estaria no Sistema de Informatização sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), o programa de informática que recebe os dados.

Ontem, ele apresentou pareceres da Advocacia Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES) afirmando que os recursos do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) não faria parte do total do orça-



Temporão aponta falta de R\$ 5,7 bilhões em investimentos